

Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios*

Demographic Dynamics in the State of Paraná: recent tendencies, perspectives and challenges

Dinámica Demográfica del Paraná: tendencias recientes, perspectivas y desafíos

Marisa Valle Magalhães** e Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra***

RESUMO

A demografia brasileira tem atravessado profundas transformações nos últimos 50 anos, em particular sob o prisma das migrações internas e das tendências de declínio da fecundidade. Os impactos dessas mudanças são enormes e desafiadores. Nesse contexto, o Paraná não foge à regra. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar um panorama da dinâmica demográfica paranaense das últimas décadas, salientando alterações, diversidades regionais, rumos e as repercussões que daí emergem.

Palavras-chave: Demografia. Evolução populacional. Variáveis demográficas. Pirâmides etárias. Paraná e regiões.

ABSTRACT

Brazilian demography has gone through profound transformations in the last 50 years, in particular under the prism of internal migration and tendencies of fecundity decline. These changes promote huge, challenging impacts. In this context, State of Paraná is no exception to the rule. The objective of this article is to present a comprehensive presentation of the state's demographic dynamics through the last decades. It highlights changes, regional diversity, directions and associated repercussions.

Keywords: Demography. Population evolution. Demographic variables. Age Pyramids. State of Paraná and its regions.

* Os autores agradecem as contribuições de Rosa Moura, geógrafa do IPARDES, na elaboração final deste artigo.

** Economista, doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Populacionais e Sociais do IPARDES. E-mail: marimaga@ipardes.pr.gov.br

*** Engenheiro agrônomo, doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do Núcleo de Estudos Populacionais e Sociais do IPARDES. E-mail: anaelcintra@ipardes.pr.gov.br

Artigo recebido em dezembro/2011 e aceito para publicação em abril/2012.

RESUMEN

La demografía brasileña ha vivido profundas transformaciones en los últimos 50 años, en particular en el ámbito de las migraciones internas y de las tendencias de declive de la fecundidad. Los impactos de esos cambios son grandes y desafiantes. En ese contexto, el estado del Paraná no huye de la regla. Así, el objetivo de este artículo es presentar un panorama de la dinámica demográfica paranaense en las últimas décadas, subrayando alteraciones, diversidades regionales, rumbos y las repercusiones que de ahí emergen.

Palabras clave: Demografía. Evolución poblacional. Variables demográficas. Pirámides etáreas. Paraná y regiones.

INTRODUÇÃO

A questão demográfica cada vez mais vem adquirindo importância na pauta das discussões nacionais. As intensas e rápidas transformações ocorridas na dinâmica populacional brasileira desde meados do século XX estão na raiz de múltiplos desafios colocados atualmente para gestores públicos, legisladores, setores privados e sociedade em geral.

As migrações internas, que em poucas décadas esvaziaram as áreas rurais do País e sustentaram o enorme crescimento da oferta de mão de obra para os mercados industriais do centro-sul brasileiro, deram substância a um processo acelerado de urbanização em todo o território, concomitante a uma expressiva concentração populacional nas regiões de maior dinamismo econômico.

Quase que ao mesmo tempo, o padrão reprodutivo das famílias brasileiras se alterou drasticamente nos últimos 40 anos, em razão da adoção generalizada de métodos contraceptivos por parte das mulheres, ocasionando uma redução abrupta nos níveis de fecundidade da população feminina e fortes mudanças em seu perfil etário de reprodução.

Neste início de século XXI, são corriqueiras as menções aos graves problemas associados ao adensamento populacional em inúmeras áreas do País, tenha ele ocorrido em décadas anteriores ou esteja ainda em curso. Como contraponto, a grande maioria dos municípios brasileiros padece dos efeitos da evasão populacional e do declínio da fecundidade, sentidos no âmbito da estagnação ou perda de dinamismo das atividades produtivas.

A queda da fecundidade, por seu turno, responde por praticamente todo o impacto gerado na estrutura etária da população brasileira, que, de essencialmente jovem, caminha a passos largos para um perfil envelhecido. Não são poucas as repercussões econômicas e sociais decorrentes desse processo.

O objetivo do presente artigo é situar o Paraná nesse cenário de grandes transformações demográficas, realçando suas singularidades e explorando importantes desafios que emergem das tendências recentes. O texto, na verdade, consiste em uma nova versão da Nota Técnica desenvolvida pelos autores para o IPARDES em 2010 (MAGALHÃES; CINTRA, 2010) e apresenta dados atualizados do último Censo Demográfico realizado no País.

1 MEIO SÉCULO DE INTENSAS MUDANÇAS

O Paraná vem se destacando nas últimas décadas, no cenário nacional, por apresentar uma dinâmica de crescimento demográfico bastante instável, fortemente condicionada pelos movimentos migratórios. Durante um longo período, em meados do século passado, o Estado absorveu enormes contingentes migratórios durante a etapa de expansão de sua fronteira agrícola. No transcorrer de 40, 50 anos, praticamente todo o território paranaense foi ocupado, crescendo substantivamente tanto a população residente nas áreas rurais quanto nas cidades.

A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970 esse quadro populacional se alterou bruscamente (tabela 1). As áreas rurais do Estado passaram a perder população em ritmos acelerados, as cidades aumentaram de tamanho, principalmente aquelas que já tinham maior porte, a Região Metropolitana de Curitiba se expandiu e adensou velozmente, mas uma parte substantiva da população antes residente no Estado buscou novas oportunidades de trabalho e de vida no vizinho Estado de São Paulo, que naquela época colhia aceleradamente os frutos do chamado “milagre brasileiro”, e na nova fronteira agrícola nacional, que se expandia principalmente por sobre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

TABELA 1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ E BRASIL - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000 E 2000/2010

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)					
	Paraná			Brasil		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1940/1950	5,61	5,84	5,54	2,39	3,91	1,60
1950/1960	7,16	9,31	6,33	2,99	5,15	1,55
1960/1970	4,97	6,73	4,07	2,89	5,22	0,57
1970/1980	0,97	5,97	-3,32	2,48	4,44	0,62
1980/1991	0,93	3,00	-3,03	1,93	2,97	-0,67
1991/2000	1,40	2,59	-2,61	1,63	2,45	-1,32
2000/2010	0,89	1,36	-1,48	1,18	1,57	-0,65

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Censo Demográfico 2010 - Resultados do Universo

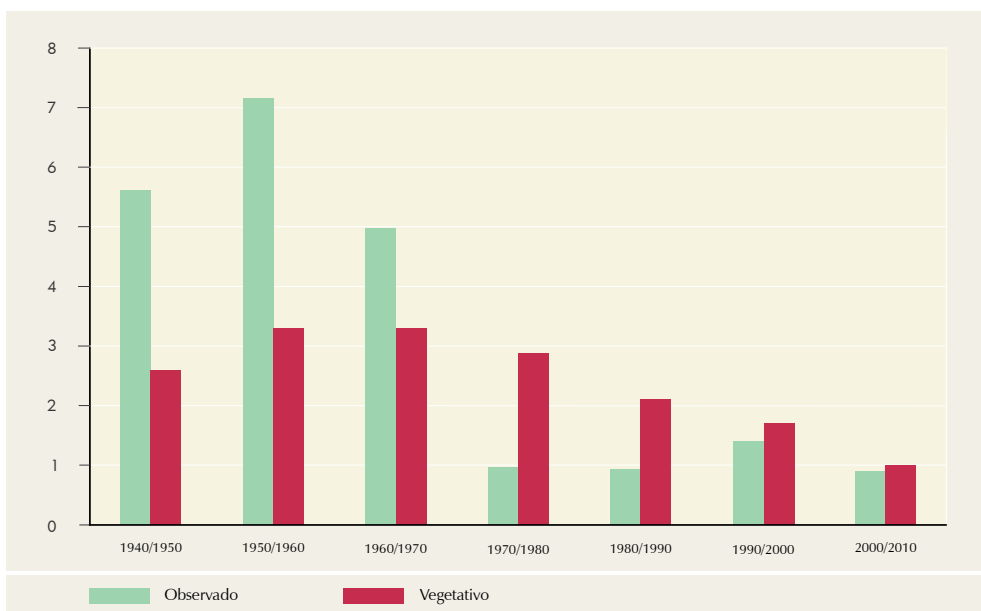
Paralelamente ao forte movimento emigratório do Estado, os anos 1970 também marcaram o início de uma enorme transformação na demografia brasileira, e, portanto, igualmente na paranaense, de repercussões profundas e prolongadas. Trata-se do intenso processo de declínio da fecundidade que vem ocorrendo em todas as regiões do País, em todos os segmentos sociais, com repercussões substanciais sobre a pirâmide etária das distintas populações no sentido de uma redução acelerada dos segmentos etários infanto-juvenis, em contrapartida a um aumento expressivo da população adulta e, principalmente, da idosa. A mortalidade, por seu turno, que desde as primeiras décadas do século XX iniciou forte tendência de declínio em várias regiões brasileiras, inclusive no Paraná, prosseguiu em ritmo de queda ao final do século, se bem que de forma mais lenta (tabela 2).

Em decorrência desses processos, queda da fecundidade – provocando a redução da taxa de crescimento vegetativo (gráfico 1) – e forte emigração estadual, o Paraná, nos decênios de 1970 e de 1980, foi o estado que experimentou o menor crescimento populacional no País. Em contraposição, a Região Metropolitana de Curitiba, em comparação com as demais RMs, foi a que mais cresceu demograficamente, revelando os fortes reordenamentos espaciais que os movimentos migratórios imprimiram no Estado, em um curto intervalo de tempo.

TABELA 2 - ÍNDICES DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL - PARANÁ E BRASIL - 1930/1940, 1940/1950, 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 E 2000/2010

PERÍODO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (e ⁰)		TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (TFT)	
	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil
1930/1940	43,9	41,2	5,9	6,5
1940/1950	45,9	43,6	5,9	6,3
1960/1970	61,9	55,7	6,3	6,0
1970/1980	64,4	60,1	4,1	4,4
1981/1991	69,1	66,3	2,7	2,9
1990/2000	70,3	68,6	2,3	2,4
2000/2010	73,5	72,1	1,8	2,0

FONTES: Para 1930/1940, 1940/1950 e 1960/1970: Carvalho (1974); para 1970/1980 e 1981/1991 (exceto TFT Paraná): ABEP/FNUAP (1996); para TFT Paraná 1981/1991: IPARDES (1997); para 1990/2000: IPARDES (1999) e PNUD; para 2000/2010: IBGE (2006)

GRÁFICO 1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO OBSERVADO E ESTIMATIVAS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO VEGETATIVO⁽¹⁾ - PARANÁ - 1949/1950 A 2000/2010

FONTES: IPARDES (1999), IBGE (2006)

(1) O crescimento vegetativo, ou natural, de uma população resulta da diferença entre nascimentos e mortes, ou seja, das taxas de natalidade e de mortalidade, que vigoram nessa população. Em geral, a taxa de crescimento vegetativo é expressa em porcentagem.

Nos anos 1990 a taxa de crescimento da população do Estado voltou a subir ligeiramente – mantendo-se, porém, ainda abaixo do crescimento vegetativo, o que indica saldo migratório estadual negativo, se bem que em um patamar muito mais baixo (tabela 3). No período, a mortalidade manteve seu ritmo gradual de queda e a fecundidade permaneceu reduzindo de forma firme e expressiva. O resultado negativo mais baixo da migração interestadual ocorreu não em função

de aumentos na imigração, mas principalmente em decorrência de uma forte contenção da emigração. As atratividades observadas nas décadas anteriores em termos de emprego, fontes de renda e possibilidades de ascensão social fora do Estado já não eram as mesmas, fazendo com que a população que se dispunha a migrar não se arriscasse em longos trajetos. Por outro lado, o Paraná constitui uma das áreas brasileiras que, nesse período, passou a se beneficiar de um processo mais amplo de desconcentração industrial a partir do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com todos os efeitos multiplicadores daí decorrentes.¹ O fenômeno da migração de retorno faz parte desse processo. Inúmeros estudos² confirmam que, nas últimas décadas, áreas tradicionalmente expulsoras de população, como Minas Gerais, Nordeste do Brasil, Paraná³, passaram a receber significativos fluxos migratórios de retorno, seja porque os que haviam emigrado obtiveram êxito e retornaram para se estabelecer em melhores condições em suas regiões de origem, seja porque a emigração redundou em fracasso, provocando um retorno em busca das redes sociais e de parentesco de proteção ou, ainda, mas não menos importante, porque as principais transformações na estrutura produtiva hegemônica do País se desenvolveram, nesse período, com um perfil desconcentrador, abarcando, em maior ou menor grau, essas áreas, dentre as quais o Paraná.

TABELA 3 - SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO ESTIMADOS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970, 1970/1980, 1980/1990 E 1990/2000

PERÍODO	SALDO MIGRATÓRIO			TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO (%)		
	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural
1940/1950	510.083	-	-	24,0	-	-
1950/1960	1.329.272	-	-	31,0	-	-
1960/1970	1.024.857	782.504	203.232	15,0	31,0	5,0
1970/1980	-1.605.376	1.319.593	-2.924.969	-21,0	29,5	-92,7
1980/1990	-1.074.806	608.562	-1.683.367	-12,9	10,1	-72,8
1990/2000	-293.915	-	-	-3,1	-	-

FONTES: Para 1940/1950, 1950/1960 e 1960/1970: IPARDES (1983); para 1970/1980, 1980/1990 e 1990/2000: MAGALHÃES (2003, tabela 6)

¹ Inúmeros são os estudos que mencionam esse processo. Ver, entre outros, Diniz (1993), Cano (1995), Diniz e Crocco (1996), Pacheco e Patarra (1998).

² Ribeiro (1997), Magalhães (2003) e Cunha e Baeninger (2005).

³ Magalhães (2003) aponta que na década de 1970 cerca de 73 mil pessoas naturais do Paraná voltaram a residir no Estado, representando 13,6% do conjunto de imigrantes interestaduais da década. No decênio seguinte, o número de naturais retornados elevou-se para 249 mil, alcançando 40,1% do total da categoria de imigração interestadual do período. Cunha e Baeninger (2005) apresentam um volume de quase 294 mil naturais retornados para o Paraná entre 1990 e 2000, ou seja, 38,9% dos imigrantes interestaduais da década. É importante lembrar que esses números não refletem toda a imigração de retorno para o Paraná, pois não contempla os não paranaenses (por exemplo, gaúchos, catarinenses, mineiros, paulistas etc.) que, em épocas anteriores, residiam nesse Estado, emigraram para outras regiões do País e, ao efetuarem migração de retorno, fizeram-no para o Paraná, e não para seus estados de naturalidade.

Se a relevância dos movimentos migratórios interestaduais para a dinâmica do crescimento populacional do Paraná no transcorrer da segunda metade do século XX é inquestionável, as migrações intraestaduais igualmente sempre estiveram presentes em ritmo intenso, contribuindo para a delimitação dos espaços ganhadores e perdedores de população no Estado. Estão inseridas nesta categoria todas as transferências de residência entre municípios paranaenses, lembrando inclusive que tais transferências podem se dar entre distintas combinações de setores: 1) mudança de residência a partir do setor rural de um município com destino ao setor rural de outro município; 2) saída do setor rural de um município em direção à área urbana do outro município; 3) troca intermunicipal com origem urbana e destino urbano; e 4) troca com origem urbana e destino rural. É bem verdade que durante um longo período prevaleceram em volume os fluxos interestaduais, porém no final do século passado, com o arrefecimento dos deslocamentos de mais longa distância, as migrações intermunicipais e intraestaduais adquiriram maior peso.

2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS ATUAIS

Os resultados do universo do Censo Demográfico de 2010 apontaram um volume de 10,4 milhões de habitantes para o Estado, que traduz um crescimento anual de 0,89% a.a., no período 2000-2010, e um grau de urbanização superior a 85%, porém com grande variabilidade espacial. É importante notar que o ritmo de crescimento vegetativo estimado para o Paraná para o primeiro decênio de 2000 está em torno de 1,0% ao ano, fato que indica para o Estado uma situação atual de saldos migratórios interestaduais praticamente nulos. Os resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos 2000 confirmam essa tendência ao apontarem volumes de imigração anual que o Paraná recebe sendo contrabalançados por volumes semelhantes de emigração anual que perde (tabela 4).

TABELA 4 - FLUXOS MIGRATÓRIOS DE DATA FIXA - PARANÁ - 1986-1991, 1995-2000, 1997-2002 E 2002-2007

TIPO DE FLUXO	CENSO DEMOGRÁFICO		VARIACÃO (%)	PNAD		VARIACÃO (%)
	1986-1991	1995-2000		1997-2002	2002-2007	
Intermunicipais (intraestadual)	766.308	753.685	-1,6
Interestaduais						
Imigrantes	269.078	297.311	10,5	268.202	199.786	-25,5
Emigrantes	451.857	322.655	-28,6	281.095	220.863	-21,4
Trocas líquidas	-182.779	-25.344	-86,1	-12.893	-21.077	63,5
Internacional						
Imigrantes	7.380	32.011	333,8	37.100	27.169	-26,8
Emigrantes

FONTES: IBGE - Censos Demográficos, PNADs

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

No âmbito do tema das migrações, é necessário que se mencione a questão dos movimentos migratórios internacionais.⁴ Os Censos Demográficos e as PNADs das últimas décadas sempre se reportaram à entrada de imigrantes estrangeiros no Estado, porém em volumes muito baixos. A mensuração das emigrações internacionais do País, por outro lado, inexistente, pois não se dispõe de registros administrativos destinados a captar essa informação. A partir dos anos 1980 a mídia nacional passou a noticiar com frequência a existência de fluxos mais significativos de brasileiros emigrando para países como Estados Unidos e Japão, atraídos pelas possibilidades de engajamento em atividades pouco exigentes em termos de qualificação técnica e experiência laboral, mas que propiciavam rendimentos suficientes para o sustento da sobrevivência e para a formação de pequenas poupanças, destinadas, em geral, à melhoria das condições de vida pessoais e das famílias, no local de origem, no Brasil. Nos anos 1990, novamente inúmeras fontes jornalísticas e resultados de pesquisas acadêmicas apontaram a intensificação dos fluxos de emigração internacional, com destinos também para alguns países europeus – Portugal, Itália, Espanha. Sabe-se que o Paraná é uma das Unidades da Federação de onde partem alguns desses fluxos, notadamente para o Japão e alguns países europeus, porém não há indícios de que tais fluxos sejam expressivos. Essa questão deverá vir à luz a partir do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que incluiu no questionário básico um bloco de quesitos relacionados à emigração internacional, indagando, em cada domicílio pesquisado, se na data de referência do Censo – 31 de julho de 2010 – havia algum morador do domicílio que tivesse transferido residência para outro país. Em caso afirmativo, algumas características da pessoa, tais como sexo, idade e nome do país de residência naquela data, eram investigadas.

Associadas às tendências da mortalidade, da fecundidade e das migrações internas, as fortes mudanças demográficas do Paraná também vêm sendo visíveis sob o prisma da estrutura etária da população e de sua composição por sexo. A partir da interação sinérgica dos efeitos da queda da fecundidade e da mortalidade e dos intensos processos migratórios, a população paranaense adquiriu uma trajetória de contínuo envelhecimento de sua estrutura etária, traduzido pela drástica redução dos segmentos etários mais jovens, por ritmos de crescimento da população em idade ativa (PIA) mais elevados do que os da população total e por taxas expressivas de crescimento dos idosos (tabela 5 e gráfico 2).

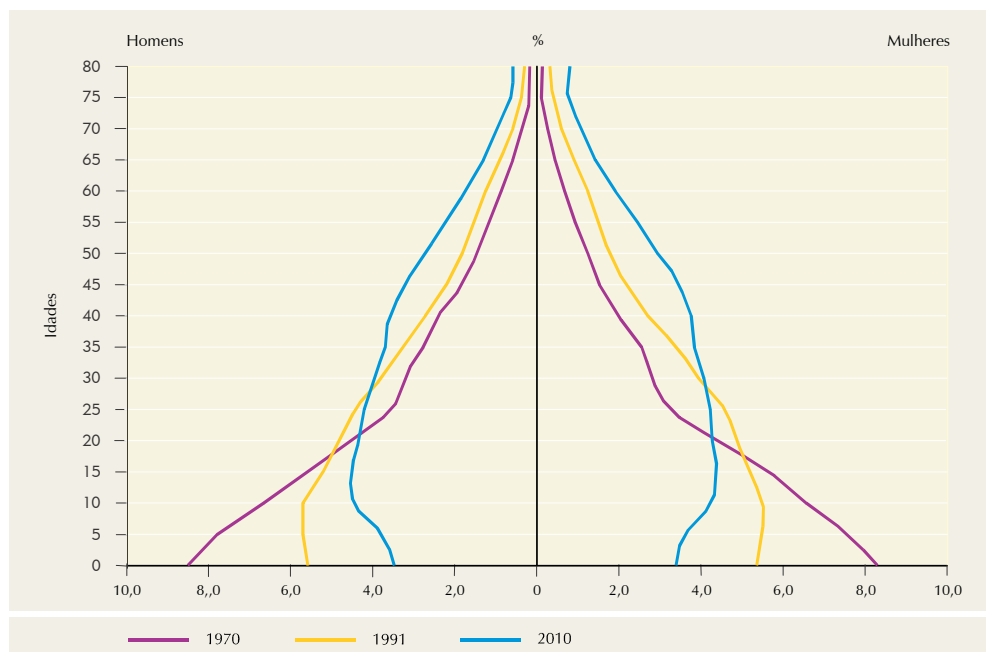
TABELA 5 - TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS ESPECIAIS - PARANÁ - 1991/2000 E 2000/2010

PERÍODO	GRUPO ETÁRIO (anos)							TOTAL
	0 a 6	7 a 14	15 a 17	15 a 29	18 a 64	65 e +	10 e +	
1991/2000	-0,2	-0,3	0,6	0,7	2,1	4,4	1,9	1,4
2000/2010	-2,2	-0,7	0,0	0,4	1,6	3,9	1,5	0,9

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

⁴ A produção de estudos e pesquisas que tratam das migrações internacionais no Brasil vem crescendo fortemente. Ver, entre outros, Patarra (1996a), Patarra (1996b), Reis e Sales (1999) e CNPD (2001).

GRÁFICO 2 - PIRÂMIDES ETÁRIAS - PARANÁ - 1970, 1991 e 2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos

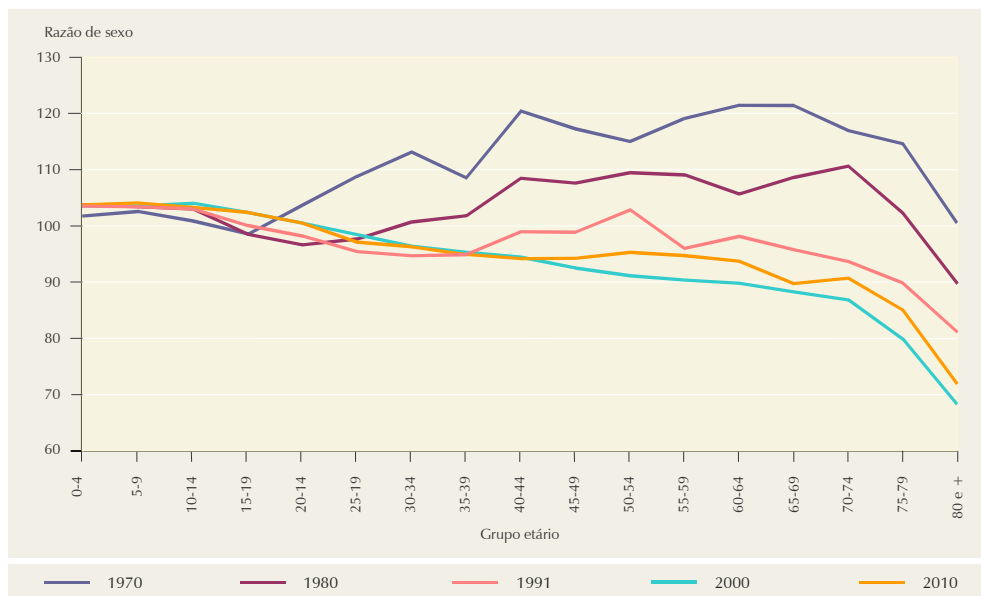
Vale observar que a tendência de envelhecimento da estrutura etária ocorre tanto na população masculina quanto na feminina. No entanto, as marcas demográficas resultantes da rápida e intensa transformação econômica e social do Paraná de um padrão quase que exclusivamente agrícola, rural e absorvedor de migrantes, para o de uma sociedade urbano-industrial, porém expulsora de população para além fronteiras, ficam evidentes ao se observarem as mudanças operadas na composição por sexo da população do Estado, em seus diversos segmentos etários, ao longo do tempo (gráfico 3). Até 1980 as razões de sexo dos contingentes demográficos em idade de trabalho denotavam expressiva predominância masculina, condizente com o perfil agrícola/rural predominante até então na estrutura econômica e do mercado de trabalho do Estado. A partir dos dados censitários de 1991, verifica-se uma forte tendência de feminização da PIA em todos os grupos etários. É importante destacar que, para os idosos, o predomínio da população feminina se deve, principalmente, ao conhecido fenômeno da sobrevivência masculina.

No espaço intraestadual, tais processos dos últimos 50 anos se desenvolveram de forma heterogênea e com intensidades distintas ao longo do tempo, imprimindo dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional e provocando reordenamentos contínuos da distribuição espacial da população. Nesse contexto, duas tendências se delinearão regionalmente no Estado.⁵ Vastas áreas que compõem as Mesorregiões

⁵ O mapa A.1, anexo, apresenta a malha municipal do Estado e define os contornos da regionalização trabalhada neste artigo – Mesorregiões Geográficas, do IBGE, e regiões metropolitanas oficiais do Paraná.

no norte, oeste e sudoeste paranaense sofreram expressivas perdas populacionais a partir da década de 1970, principalmente em decorrência dos efeitos da modernização da agricultura, que reconfigurou processos de produção no meio rural, dispensando grandes volumes de mão de obra (tabela 6). Outras, com destaque para as regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, se consolidaram como espaços de concentração populacional e de marcada urbanização, sob o impacto da dinâmica econômica em transformação, que impulsionou o perfil industrial e as atividades de serviços do Estado.

GRÁFICO 3 - RAZÕES DE SEXO⁽¹⁾ DA POPULAÇÃO - PARANÁ - 1970/2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) A razão de sexo indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

TABELA 6 - TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTERMESORREGIONAIS E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 1986-1991 E 1995-2000

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	1986-1991			1995-2000		
	Intermesor-regionais	Interestaduais	TOTAL	Intermesor-regionais	Interestaduais	TOTAL
Noroeste	-24.140	-44.639	-68.779	-12.647	-9.770	-22.417
Centro-Occidental	-16.198	-20.484	-36.682	-19.506	-12.563	-32.070
Norte Central	18.995	-28.165	-9.170	7.835	9.751	17.586
Norte Pioneiro	-21.346	-30.006	-51.352	-9.762	-4.301	-14.063
Centro-Oriental	-8.459	-2.863	-11.322	-2.645	1.050	-1.595
Oeste	-1.176	-31.110	-32.286	-17.084	-16.760	-33.844
Sudoeste	-19.997	-31.481	-51.478	-16.589	-18.956	-35.545
Centro-Sul	-12.646	-12.091	-24.737	-11.716	-8.192	-19.907
Sudeste	-4.030	-1.453	-5.483	-8.658	-3.006	-11.664
Metropolitana de Curitiba	88.997	19.513	108.510	90.771	37.404	128.175
PARANÁ	0	-182.779	-182.779	0	-25.344	-25.344

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

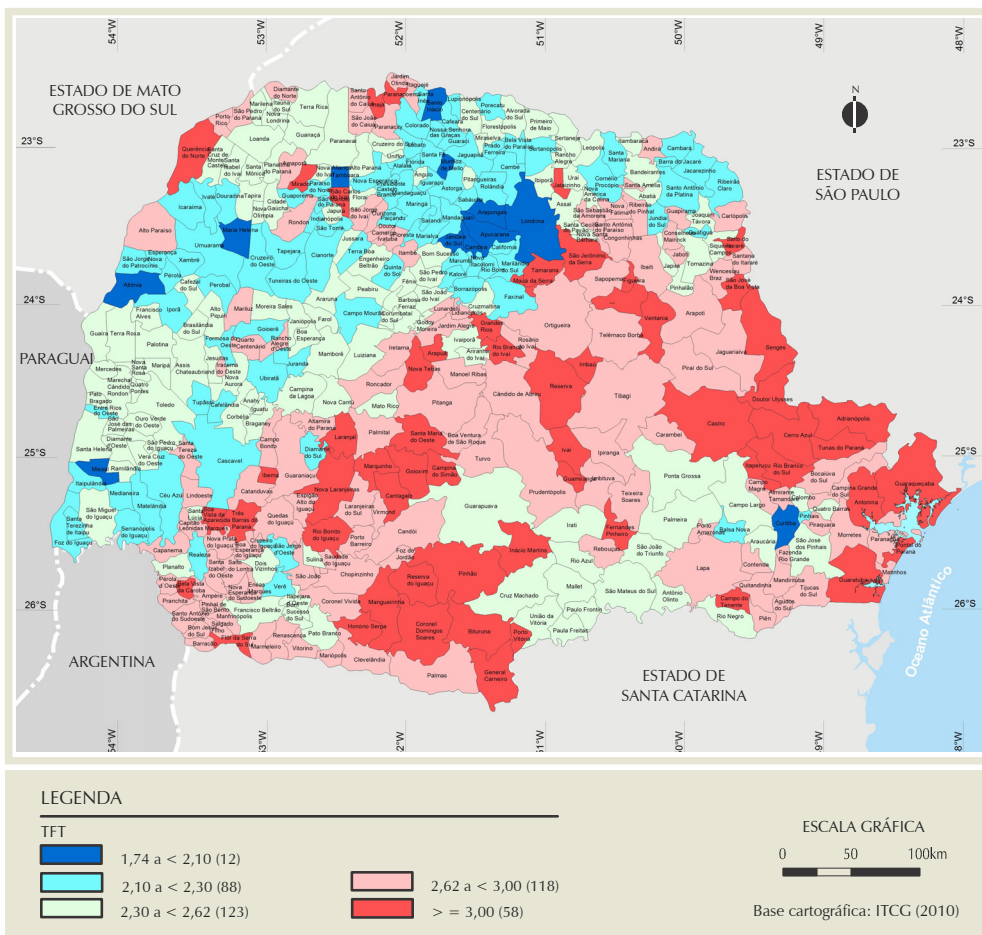
Nos anos 2000-2010, a taxa de crescimento da população urbana permaneceu elevada (ver tabela 1), ainda que tenha sofrido uma queda expressiva em relação ao nível de 1991-2000 e se situe abaixo da taxa média nacional. Mas é importante chamar a atenção para o acentuado refreamento do ritmo de perda populacional do campo paranaense. O Censo de 2010 revelou um estoque superior a 1,5 milhão de habitantes no meio rural, volume ainda considerável de população. É bem verdade que, quanto menor o volume da população rural, menor tende a ser o ritmo de decréscimo nos períodos subsequentes. É preciso considerar também o fato de que, não raro, há um descompasso entre a expansão populacional decorrente do avanço de loteamentos e ocupações irregulares para fora dos limites de perímetro urbano definido pelas legislações municipais e o ajuste dessas legislações. Assim, muitas vezes um Censo Demográfico ou uma Contagem Populacional classifica como população rural contingentes de moradores que deveriam ser considerados urbanos se a Câmara de Vereadores do município revisasse legalmente os contornos da área urbana municipal *pari passu* à expansão populacional. Mesmo com essas ressalvas, é possível supor que alguns fatores econômicos ou sociais que prevaleceram na década atual e cujos efeitos rebatem sobre a vida rural – dentre outros, fases prolongadas de preços favoráveis das *commodities* no mercado internacional, maior integração de pequenos agricultores às agroindústrias paranaenses, os benefícios da previdência rural, programas sociais, como o Bolsa Família – possam ter motivado, em maior ou menor grau, a permanência de pessoas residindo no campo.

As tendências de declínio da fecundidade e da mortalidade abrangem todas as regiões do Estado, ainda que os níveis apresentados atualmente por essas variáveis se diferenciem espacialmente (mapas 1 e 2). Sob um panorama geral, observa-se que as regiões por onde inicialmente expandiu-se fortemente a fronteira agrícola do Estado – o grande Norte e o Oeste –, e que nas décadas seguintes configuraram as principais áreas de emigração interestadual, bem como a parcela mais densamente povoada da Região Metropolitana de Curitiba, evidenciam níveis mais baixos de fecundidade⁶ e índices de expectativa de vida ao nascer mais elevados (incluir, neste caso, a região Sudoeste). Por outra parte, o Centro-Sul, as porções norte e leste da mesorregião Metropolitana de Curitiba – integradas, respectivamente, por municípios pertencentes à área do Vale do Ribeira e ao Litoral – e parcela substantiva da região polarizada por Ponta Grossa (mesorregião Centro-Oriental) detêm níveis mais elevados de reprodução da população. De certa forma, tais áreas revelam também situações menos favoráveis no que tange aos níveis de mortalidade.

⁶ Há uma extensa bibliografia no País que discute o processo brasileiro de declínio da fecundidade e seus prováveis determinantes. Ver, entre outros, Carvalho *et al.* (1981), Martine (1989) e Faria (1989). De forma geral, os fatores apontados nesses estudos contribuem enormemente para uma melhor compreensão dos elementos subjacentes à redução da fecundidade no Paraná, em particular sob o ponto de vista dos diferenciais regionais que se observam.

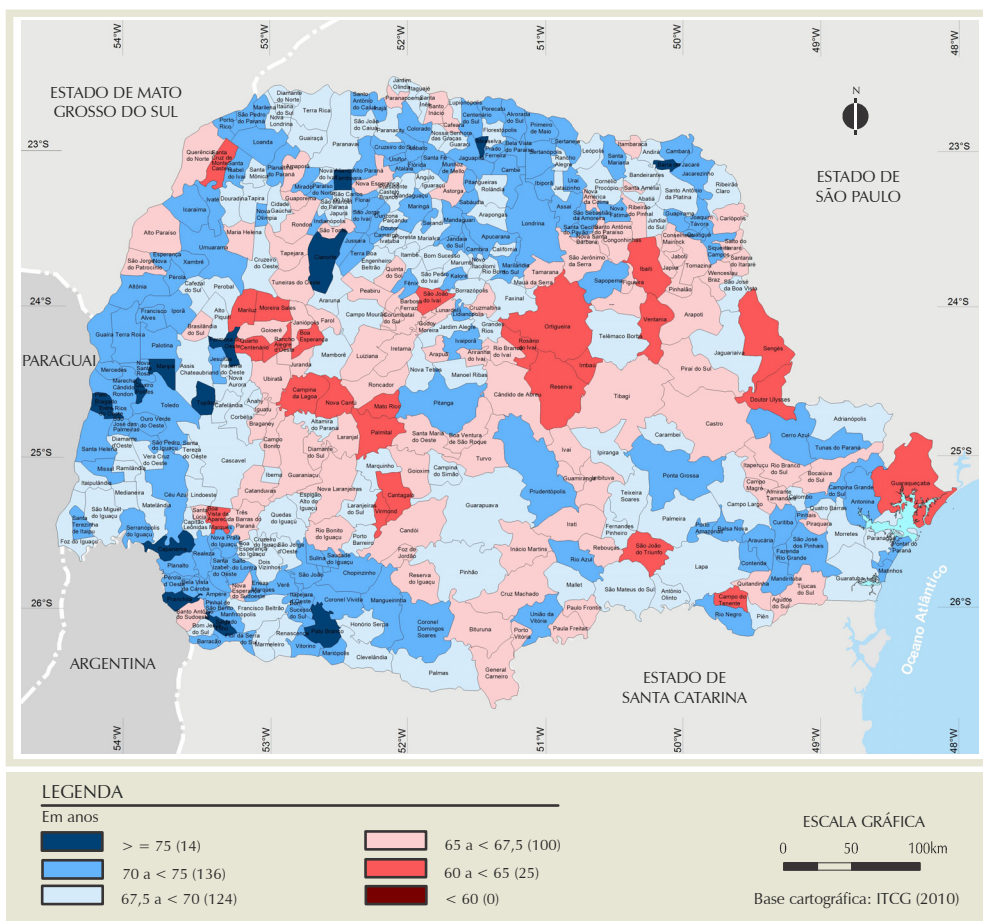
Diversidades regionais igualmente são visíveis do ponto de vista do envelhecimento populacional e da composição por sexo dos habitantes. O índice de idosos, que mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos, cresce significativamente em todas as regiões do Estado, entre 2000 e 2010 (tabela 7). Mas os níveis se diferenciam espacialmente. Segundo os recentes resultados censitários, as principais áreas do Estado que apresentavam proporções superiores a 32,1 idosos para cada 100 jovens residentes abrangiam as mesorregiões setentrionais (Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro) e parte da mesorregião Oeste (mapa 3). As demais mesorregiões evidenciavam índices abaixo de 30, destacando-se a do Centro-Sul, com índice de idosos abaixo de 20.

MAPA 1 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL SEGUNDO MUNICÍCIOS - PARANÁ - 2000



FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano
NOTA: Elaborado pelo IPARDES.

MAPA 2 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2000



FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano
 NOTAS: Elaborado pelo IPARDES.

TABELA 7 - ÍNDICE DE IDOSOS E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000 E 2010

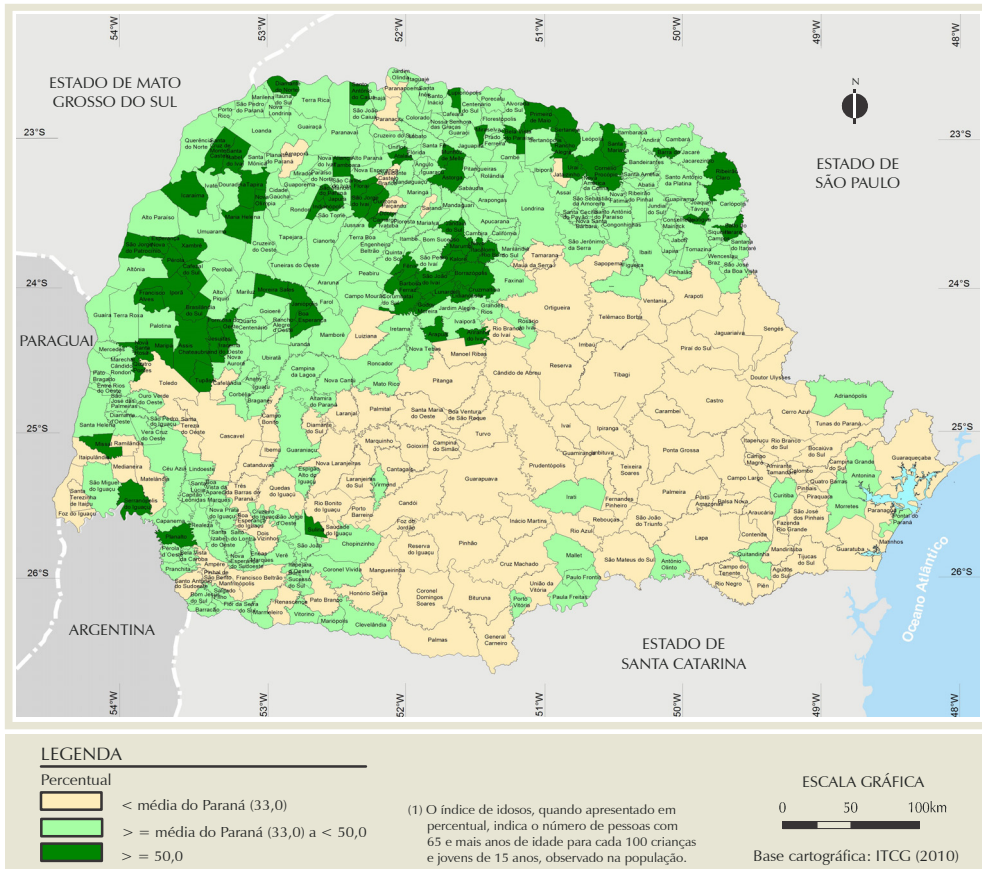
MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾		RAZÃO DE SEXO ⁽²⁾	
	2000	2010	2000	2010
Noroeste	26,6	43,8	99,3	97,7
Centro-Occidental	22,4	41,1	99,6	97,5
Norte Central	24,0	41,4	96,8	95,4
Norte Pioneiro	26,0	42,8	100,2	98,3
Centro-Oriental	17,9	26,3	98,8	97,8
Oeste	16,1	31,0	98,5	96,5
Sudoeste	19,7	36,0	99,6	98,4
Centro-Sul	13,4	23,7	101,5	99,5
Sudeste	19,0	29,3	103,9	102,8
Metropolitana de Curitiba	17,5	28,3	96,5	95,1
PARANÁ	19,7	33,0	98,2	96,6

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) O índice de idosos indica o número de pessoas com 65 e mais anos de idade para cada cem crianças e jovens abaixo de 15 anos, observado na população.

(2) A razão de sexo indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

MAPA 3 - ÍNDICE DE IDOSOS¹ SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

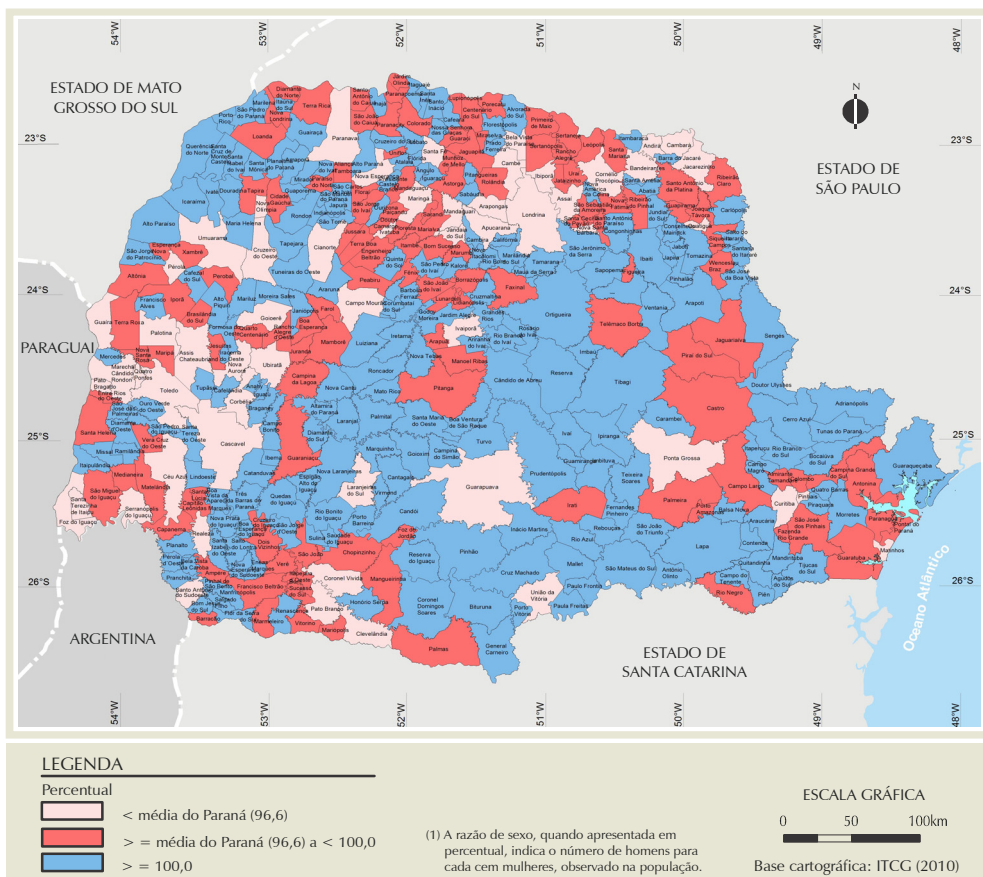
NOTA: O índice de idosos mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos.

Também no que diz respeito à distribuição dos habitantes entre homens e mulheres, observa-se, no período, uma nítida tendência à feminização em todas as mesorregiões, notando-se a ocorrência de pequenas disparidades regionais de níveis (mapa 4). A única mesorregião a apresentar população masculina predominante em 2010 foi a Sudeste.

Da mesma forma, as regiões metropolitanas paranaenses evidenciam diferenciais expressivos, em particular no que tange ao processo de envelhecimento populacional (tabela 8). A RMC ainda apresenta um índice de idosos bem inferior ao das duas outras RMs, bem como abaixo da média estadual. Embora o município de Curitiba integre o grupo de municipalidades que evidencia os níveis mais baixos de fecundidade do Paraná, fator indutor de um perfil etário mais velho, predominam no restante da região municípios que detêm taxas intermediárias e elevadas de fecundidade, contrarrestando a tendência do polo (ver mapa 1). As RMs de Londrina e de Maringá fazem parte da extensa área ao norte e oeste do Estado com fecundidade baixa e, por

decorrência, com índices de idosos mais elevados (ver mapa 3). Quanto à distribuição da população por sexo, as três RMs detêm mais habitantes mulheres do que homens, sendo essa predominância bem mais forte do que no restante do Estado.

MAPA 4 - RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: A razão de sexo, quando apresentada em percentual, indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

TABELA 8 - ÍNDICE DE IDOSOS E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 2000 E 2010

REGIÃO METROPOLITANA	ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾		RAZÃO DE SEXO ⁽²⁾	
	2000	2010	2000	2010
RM de Curitiba	17,7	28,4	96,0	94,7
RM de Londrina	23,7	40,4	94,9	93,6
RM de Maringá	23,0	40,1	95,2	94,7
Região Não Metropolitana	19,9	33,9	99,9	98,2
PARANÁ	19,7	33,0	98,2	96,6

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) O índice de idosos indica o número de pessoas com 65 e mais anos de idade para cada cem crianças e jovens abaixo de 15 anos, observado na população.

(2) A razão de sexo indica o número de homens para cada cem mulheres, observado na população.

2.1 SINALIZAÇÕES DOS PRIMEIROS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

O IBGE divulgou recentemente os dados do questionário do universo do Censo de 2010 relacionados aos contingentes populacionais recenseados em todos os municípios brasileiros.

No que diz respeito ao Paraná, os dados apontam um quantitativo superior a 10,4 milhões de habitantes (tabela 9). Este resultado expressa um declínio acentuado do ritmo de crescimento populacional do Estado na década 2000/2010, em comparação ao decênio anterior.

TABELA 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE, VARIAÇÃO ABSOLUTA E PROPORCIONAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 1991, 2000 e 2010

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE			VARIAÇÃO				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000		2000/2010		1991-2000	2000-2010
				Abs.	Proporcional (%)	Abs.	Proporcional (%)		
Noroeste	655.509	641.084	678.319	-14.425	-1,3	37.235	4,2	-0,25	0,57
Centro-Occidental	387.451	346.648	334.125	-40.803	-3,7	-12.523	-1,4	-1,24	-0,37
Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.037.183	190.391	17,1	208.115	23,6	1,24	1,08
Norte Pioneiro	555.339	548.190	546.224	-7.149	-0,6	-1.966	-0,2	-0,15	-0,04
Centro-Oriental	547.559	623.356	689.279	75.797	6,8	65.923	7,5	1,46	1,01
Oeste	1.016.481	1.138.582	1.219.558	122.101	11,0	80.976	9,2	1,28	0,69
Sudoeste	478.126	472.626	497.127	-5.500	-0,5	24.501	2,8	-0,13	0,51
Centro-Sul	501.562	533.317	544.190	31.755	2,8	10.873	1,2	0,69	0,20
Sudeste	348.483	377.274	404.779	28.791	2,6	27.505	3,1	0,89	0,71
Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.493.742	733.787	65,8	440.429	50,0	3,13	1,36
PARANÁ	8.448.713	9.563.458	10.444.526	1.114.745	100,0	881.068	100,0	1,40	0,89

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Com base nas indicações atuais, a população paranaense sofreu um acréscimo de 880 mil pessoas entre 2000 e 2010, razoavelmente inferior à variação observada entre os Censos de 1991 e de 2000 – 1,115 milhão. Se no último decênio do século XX o ritmo de crescimento da população do Estado se deu, em média, a 1,4% a.a., na atual década essa taxa declinou para 0,9% a.a., inferior, inclusive, às taxas observadas nas décadas de 1970 e de 1980, representativas do período de maior emigração para fora do Estado e as mais baixas dentre todos os estados brasileiros. No entanto, seguramente o grande peso determinante para a drástica redução da taxa de crescimento atual advém da igualmente drástica queda da taxa de crescimento vegetativo da população paranaense, impulsionada pela célere redução da fecundidade.⁷

⁷ À medida que os resultados da pesquisa da amostra do Censo Demográfico de 2010 forem se tornando disponíveis, poderão ser produzidas inúmeras estimativas relacionadas às variáveis demográficas do Paraná que servirão para qualificar tais processos.

As mesorregiões que mais contribuíram para a variação absoluta da população na última década foram a Metropolitana de Curitiba, a Norte Central e a Oeste, as mais populosas do Estado. Observa-se, no entanto, que a participação da mesorregião Metropolitana de Curitiba no crescimento absoluto estadual teve uma queda acentuada entre os períodos analisados, caindo de 65,8%, no período 1991/2000, para 50,0% no decênio 2000/2010. A mesorregião Oeste também perdeu participação nesse incremento, porém de pequena monta – de 11,0% para 9,2% entre um período e outro. A mesorregião Norte Central, por sua vez, elevou sobremaneira seu peso no incremento populacional entre um decênio e outro, passando de 17,1% para 23,6%.

Por outro lado, duas mesorregiões, Noroeste e Sudoeste, apresentaram inversão na tendência de crescimento entre um decênio e outro. De perdedoras de população, entre 1991 e 2000, passaram a registrar incrementos positivos entre 2000 e 2010. As mesorregiões Centro-Occidental e Norte Pioneiro, no entanto, mantiveram perdas absolutas de população, ainda que em volumes menores.

A despeito dessas peculiaridades, a tendência das últimas décadas de distribuição espacial da população entre as distintas regiões pouco se alterou. Dentre as três mesorregiões mais populosas, apenas a Metropolitana de Curitiba se distingue com ganhos significativos em participação percentual na população total do Estado, entre 1991 e 2010 – de 27,5% para 32,9%. A Norte Central e a Oeste mantêm estáveis seus índices (em torno de 19,0%, a primeira, e de 12,0%, a segunda). Com relação às demais mesorregiões, a Noroeste, a Centro-Occidental, a Norte Pioneiro e a Centro-Sul seguem perdendo peso na população total do Estado.

Do ponto de vista das Regiões Metropolitanas oficiais do Estado, alguns aspectos merecem destaque. As taxas anuais de crescimento das 3 RMs situam-se acima da média do Estado, apontando a continuidade do processo de concentração populacional nessas áreas⁸ (tabela 10).

TABELA 10 - POPULAÇÃO RESIDENTE, VARIAÇÃO ABSOLUTA E PROPORCIONAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 1991, 2000 e 2010

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE			VARIAÇÃO				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000		2000/2010		1991-2000	2000-2010
				Abs.	Proporcional (%)	Abs.	Proporcional (%)		
RM de Curitiba	2.101.681	2.768.394	3.174.201	666.713	59,8	405.807	46,1	3,14	1,38
RM de Londrina	624.623	716.058	801.817	91.435	8,2	85.759	9,7	1,54	1,14
RM de Maringá	499.949	591.387	690.303	91.438	8,2	98.916	11,2	1,90	1,56
Região Não Metropolitana	5.222.460	5.487.619	5.778.205	265.159	23,8	290.586	33,0	0,56	0,52
PARANÁ	8.448.713	9.563.458	10.444.526	1.114.745	100,0	881.068	100,0	1,40	0,89

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Uma vez que em 2010 a configuração das regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá inclui um número maior de municípios, para efeito de cálculo da variação intercensitária e das taxas de crescimento considerou-se para 1991 e 2000 a somatória populacional segundo os mesmos contornos metropolitanos de 2010.

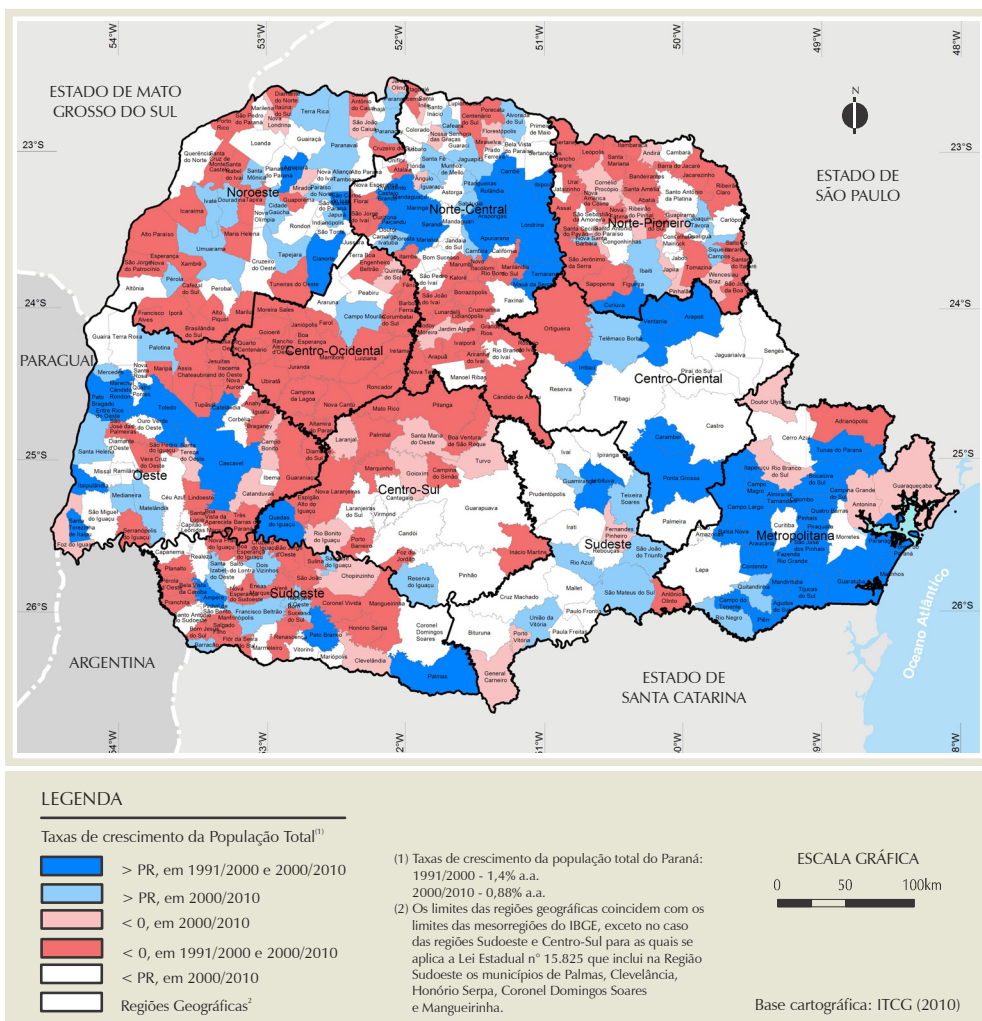
⁸ Uma abordagem pormenorizada desse processo, incluindo a desagregação da população das regiões metropolitanas paranaenses entre município núcleo e municípios periféricos, encontra-se em Cintra *et al.* (2010).

Cabe alertar para o fato de que o declínio acentuado do ritmo de crescimento da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 2000, em comparação ao decênio anterior, certamente não se associa a nenhum processo de desmetropolização, mas apenas reflete tendências que se observam no crescimento de áreas cujas bases populacionais são elevadas. Tanto é assim que a participação percentual da população da RMC no total da população paranaense elevou-se de 24,9%, em 1991, para 30,4%, em 2010. As duas outras RMs (Londrina e Maringá), bem como o restante não metropolitano do Estado, também sofreram reduções nas taxas de crescimento, mas bem menos acentuadas. É importante observar, também, que a Região Metropolitana de Maringá foi a que experimentou o maior ritmo de incremento populacional, evidenciando um dinamismo diferenciado dessa aglomeração relativamente às demais.

Convém salientar, ainda, algumas evidências pontuais que os resultados censitários de 2010 geraram, sob o prisma das áreas de crescimento e de esvaziamento demográfico do Estado, na atualidade (mapa 5). Grosso modo, as principais aglomerações populacionais que já estavam presentes no mapa do Paraná nas últimas décadas do século passado se mantêm – eixo litoral/Curitiba/Ponta Grossa, no Leste; aglomerados de Londrina e Maringá, no Norte; e eixo Cascavel/Toledo/Marechal Cândido Rondon, no Oeste. Nesta última região, entretanto, a grande mudança refere-se ao município de Foz do Iguaçu que, surpreendentemente, evidenciou decréscimo absoluto de população entre 2000 e 2010, ao passo que se destacava nos períodos anteriores com elevadas taxas de incremento demográfico.

Dois outras manchas de crescimento populacional despontam no mapa estadual. A primeira, a área em torno de Telêmaco Borba, na mesorregião Centro-Oriental, impulsionada pela expansão significativa de atividades madeireiras e de reflorestamento. A segunda espalha-se no interior da mesorregião Noroeste e associa-se fortemente à tendência recente de diversificação da produção industrial na região, envolvendo atividades como confecção, açúcar e álcool e carne.

MAPA 5 - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E DE ESVAZIAMENTO - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1991/2000 E 2000/2010



FONTE: IPARDES

NOTA: Elaboração a partir do Censo Demográfico - IBGE.

3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A análise do panorama demográfico atual do Estado possibilita elencar um conjunto de tendências, e de fatores a elas subjacentes, identificando-se os processos que dão mostras de perdurar e aqueles que se entrelaçam com a dinâmica populacional de outras regiões brasileiras e, portanto, mostram-se mais variáveis e mais complexos de se determinar.

O componente vegetativo do crescimento populacional do Paraná tende a manter um ritmo declinante, uma vez que a fecundidade permanece em seu

movimento de redução, devendo mantê-lo no curto e médio prazos. Se não houver nos próximos anos uma reversão no processo migratório interestadual do Paraná que resulte em entradas líquidas populacionais de magnitudes consideravelmente superiores às saídas, portanto saldos migratórios positivos de monta, o Estado poderá atingir o final da segunda década dos anos 2000 com taxas de crescimento bem inferiores a 1% ao ano.

Entretanto, o peso da migração interestadual na dinâmica demográfica do Estado depende de um espectro de fatores bem mais amplo, ligados tanto à performance do próprio Paraná quanto à das outras unidades da federação, em particular aquelas com as quais as trocas migratórias vêm sendo mais intensas – São Paulo, demais estados do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.⁹

Do ponto de vista intraestadual, as perspectivas para todas as regiões também são de manutenção da tendência de declínio do crescimento vegetativo. Nesse caso, o fiel da balança, de modo geral, recairá sobre a performance das migrações que, dependendo dos volumes e dos saldos – se positivos ou negativos –, definirão as áreas do Estado que mais crescerão demograficamente ou que sofrerão esvaziamento.

Sem dúvida alguma, os aglomerados já consolidados tendem a permanecer concentrando população e atividades produtivas. Porém, já nos anos 2000 outras áreas do Estado vêm se dinamizando economicamente,¹⁰ podendo, no curto prazo, experimentar elevação dos seus incrementos populacionais. A despeito desse cenário, é preciso alertar para o fato de que, em 2010, as 3 regiões metropolitanas concentram, em conjunto, 43% da população estadual, percentual que, em 2000, era de 41,4% e, em 1991, de 36,8%. Na ausência de medidas urgentes que induzam, de forma coordenada, um reordenamento espacial da população paranaense, essa trajetória concentracionista tende a perdurar.

Do exposto, resulta inequívoca a relevância da variável migratória para a dinâmica demográfica paranaense. A bem da verdade, as migrações constituem uma parte essencial do modo de funcionamento do conjunto da sociedade brasileira.

A partir de uma densa e minuciosa investigação dos fluxos migratórios nacionais predominantes no transcorrer da década de 1990 e nos primeiros anos do decênio 2000, Baeninger (2008) aponta nas migrações internas do País a observância de novos arranjos, desdobramentos, *novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais* (BAENINGER, 2008, p.5). Para a autora,

[...] no início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos

⁹ Lourenço (2010, p. 29) alerta que as perspectivas de crescimento e diversificação da economia paranaense para os próximos anos esbarram em barreiras regionais exógenas, decorrentes, por um lado, de obstáculos fiscais e infraestruturais à atração de grandes investimentos e, por outro, à tendência que se vislumbra de forte recuperação do poder competitivo da Região Sudeste brasileira, à luz dos impactos das inversões do pré-sal, dos estímulos que certamente resultarão do conjunto de preparativos exigidos à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, e dos projetos já previstos para as atividades de maior densidade tecnológica, na indústria e nos serviços.

¹⁰ Delgado e Besen (2009).

rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

O descolamento da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno (BAENINGER, 2008, p.4-5).

A história recente das migrações no Paraná parece condizente com essa interpretação. Embora todos os binômios relacionais elencados pela autora se encaixem na trajetória do desenvolvimento paranaense dos últimos anos, parece inquestionável que a miríade de modalidades migratórias que o Estado apresenta requer conjuntos explicativos mais complexos.

O estudo de Baeninger confirma a continuidade de resultados negativos nas trocas interestaduais do Paraná para os primeiros anos da década atual, porém em volumes insignificantes, quase nulos. Nesse contexto, a autora chama a atenção para o fato de que as trocas migratórias atuais com o Estado de São Paulo resultam positivas para a unidade paranaense, sendo que esta apresenta saldo negativo com Santa Catarina. Aliás, o estado catarinense, nesse período, vem sistematicamente apresentando saldos migratórios interestaduais positivos, tanto nas suas trocas com os dois estados vizinhos, quanto com o restante do País.

Por outro lado, as migrações de retorno ao Paraná necessitam ser melhor compreendidas, pois os montantes e direcionamentos dos fluxos podem contribuir para uma maior compreensão dos fatores que estejam impulsionando os movimentos internos. Em estudo anterior, Magalhães (2003) identificou que, do conjunto de imigrantes de última etapa que o Estado recebeu na década de 1980, as maiores proporções de migrantes retornados (nascidos no Paraná) adotaram como destino as áreas que mais vinham sofrendo perdas migratórias para fora do Estado, fenômeno sugestivo de que esses estavam retornando aos seus locais de origem. Em contrapartida, para as regiões de maior dinamismo econômico e que vinham apresentando crescimento demográfico mais expressivo, as proporções de imigrantes retornados em relação ao total de imigrantes recebidos eram menores, verificando-se um indicativo claro do poder de atração migratória dessas áreas.

No entanto, a conhecida referência em demografia de que, via de regra, as pessoas migram em busca de melhores condições de vida, empregos, rendimentos, certamente permanece valendo com grande força. Nesse particular, cabe mencionar que a região Oeste paranaense, que em decênios anteriores vinha perdendo expressivos

contingentes populacionais, nos anos 2000 evidencia uma relativa capacidade de retenção populacional, ou até mesmo de ganhos migratórios, em decorrência do desempenho mais recente de sua estrutura produtiva, marcado por um expressivo aumento do emprego industrial (IPARDES, 2008).

Mantendo ainda o foco sobre as relações entre emprego e migrações, é interessante mencionar que recente publicação do IPEA apresenta resultados de uma projeção para 2010 do balanço entre demanda e oferta de mão de obra qualificada estimadas para todas as unidades da federação brasileira, com base no comportamento do mercado de trabalho nacional demonstrado no período 2004-2008 e das sinalizações decorrentes do impulso de crescimento econômico em curso no País (IPEA, 2010). De acordo com o estudo, apenas alguns estados, como Paraná e Santa Catarina, “[...] poderão registrar escassez de mão de obra qualificada e com experiência profissional”. (IPEA, 2010, p.13).

Em suma, tais considerações representam apenas um esforço sintético de contextualizar o cenário em que atuam os múltiplos tipos de movimentos migratórios no Brasil e no Paraná, bem como de sinalizar para os fatores a eles subjacentes, já que parte significativa da dinâmica demográfica do Estado tem sido construída a partir do pilar migratório. Planejar os rumos do Paraná requer, portanto, vislumbrar as perspectivas desse fenômeno em sua organicidade com o desenvolvimento estrutural do Estado.

Ainda do ponto de vista prospectivo, estima-se que o processo de urbanização, traduzido pelo aumento dos índices de grau de urbanização, prossiga. Da mesma forma, deve se manter a tendência de feminização da população em todo o Estado, embora essa dinâmica se associe intimamente aos movimentos migratórios que passem a prevalecer, pois, em geral, a migração é altamente seletiva por idade e por sexo. No que tange aos grupos etários idosos, é sobretudo a sobremortalidade masculina que provoca a predominância de mulheres.

Entretanto, nesse conjunto de perspectivas, assume especial relevância o incremento acelerado do processo de envelhecimento da população paranaense, traduzido pela redução continuada do peso dos segmentos etários infantil e jovem e concomitante aumento das proporções de população adulta e idosa. Tais transformações causam impactos diretos e de significativa monta sobre distintas esferas de funcionamento da economia e da sociedade, tais como mercado de trabalho, perfil dos segmentos consumidores, sistemas previdenciários, educacionais e de saúde, tanto públicos como privados.

As mudanças em curso na estrutura etária da população brasileira têm gerado substantivos estudos alertando sobre a importância que a demografia passou a representar no cenário do desenvolvimento socioeconômico nacional a partir dos efeitos gerados pela transição demográfica instaurada com o processo de declínio da mortalidade, seguido, na sequência, pelo declínio da fecundidade em todo o País. O ângulo da questão, enfatizado por inúmeros especialistas no assunto, reside no chamado “bônus demográfico” ou também “janela de oportunidade demográfica”

(ALVES, 2004; ALVES, 2008; RIOS-NETO *et al.*, 2009; KIELING, 2009). Isto porque, nas primeiras décadas do presente século, as pirâmides etárias da população brasileira estarão configurando razões de dependência¹¹ declinantes, o que significa dizer que as proporções dos segmentos populacionais inativos – representadas por pessoas abaixo de 15 anos de idade e pelos idosos, acima de 65 anos – estarão crescendo menos do que a proporção do conjunto da população economicamente ativa.

A menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico (ALVES, 2004, p.3).

A relação entre bônus demográfico e prosperidade econômica, no entanto, não é automática (MELLONI, 2010). Existem hoje, no País, inúmeras mazelas sociais que precisam ser enfrentadas para que as “janelas de oportunidade” possam ser traduzidas em vantagens. Proporções significativas de jovens de 15 a 17 anos, no País, estão fora da escola e sua inserção atual ou dentro de poucos anos no mercado de trabalho restringe-se às ofertas de empregos que exigem baixa qualificação. O mesmo acontece com o grande volume de brasileiros acima de 25 anos de idade identificados como analfabetos funcionais. Mesmo para os que chegam à idade ativa com escolaridade, é grande o descompasso entre o nível de qualificação que apresentam e aquele que o mercado exige. No caso da mão de obra feminina, suas possibilidades de inserção e permanência no mundo do trabalho em geral vinculam-se estreitamente à disponibilidade de creches onde possam deixar seus filhos.

Assim, os benefícios da redução da carga de dependência somente poderão ser concretizados se o País adotar rapidamente um conjunto de medidas que deem sustentação às oportunidades em curso: sustentação dos ritmos atuais elevados de crescimento econômico com geração de empregos; elevação dos níveis de poupança atrelados ao aumento dos investimentos; incentivos ao aumento da formalização do mercado de trabalho nacional; manutenção ou, inclusive, aumento dos níveis de gastos com educação, que, menos pressionados pelo quantitativo populacional infante-juvenil, devem ser reorientados no sentido da melhoria da qualidade do ensino/aprendizado e da formação técnica dos jovens que entram no mercado de trabalho; reavaliação e reestruturação do sistema previdenciário nacional, temporariamente beneficiado pelo aumento do volume de contribuintes, porém condenado a suportar em breve volumes crescentes de idosos aposentados.

Essas considerações são válidas igualmente para a população do Paraná. A exemplo do que acontece para o conjunto da população brasileira, as razões de dependência resultantes da dinâmica demográfica paranaense nos primeiros anos do século XXI se reduzem substancialmente, configurando um quadro de “janelas

¹¹ Razão de dependência indica o número de pessoas definidas como economicamente dependentes (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) para cada cem pessoas em idades potencialmente produtivas (entre 15 e 64 anos de idade), observado na população.

de oportunidade demográfica” para todas as mesorregiões e RMs do Paraná (tabelas 11 e 12). Entretanto, é preciso ressaltar que, a despeito de as médias mesorregionais serem satisfatórias, os dados do Censo de 2010 revelam um conjunto significativo de municípios localizados em áreas do centro-sul, do centro-leste e no Vale do Ribeira (ao norte da Mesorregião Metropolitana de Curitiba), com razões de dependência superiores a 50 crianças/jovens/idosos para cada 100 pessoas potencialmente produtivas (mapa 6). No contexto estadual, essas constituem as principais áreas consideradas socialmente críticas (IPARDES, 2006).

TABELA 11 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000 E 2010

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ⁽¹⁾	
	2000	2010
Noroeste	53,1	44,7
Centro-Occidental	55,0	45,4
Norte Central	49,5	42,0
Norte Pioneiro	55,4	46,8
Centro-Oriental	56,8	48,5
Oeste	53,0	43,2
Sudoeste	55,3	44,7
Centro-Sul	62,6	51,0
Sudeste	58,3	48,4
Metropolitana de Curitiba	49,4	41,6
PARANÁ	52,4	43,8

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) Razão de dependência indica o número de pessoas definidas como economicamente dependentes (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) para cada cem pessoas em idades potencialmente produtivas (entre 15 e 64 anos de idade), observado na população.

TABELA 12 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS - PARANÁ - 2000 E 2010

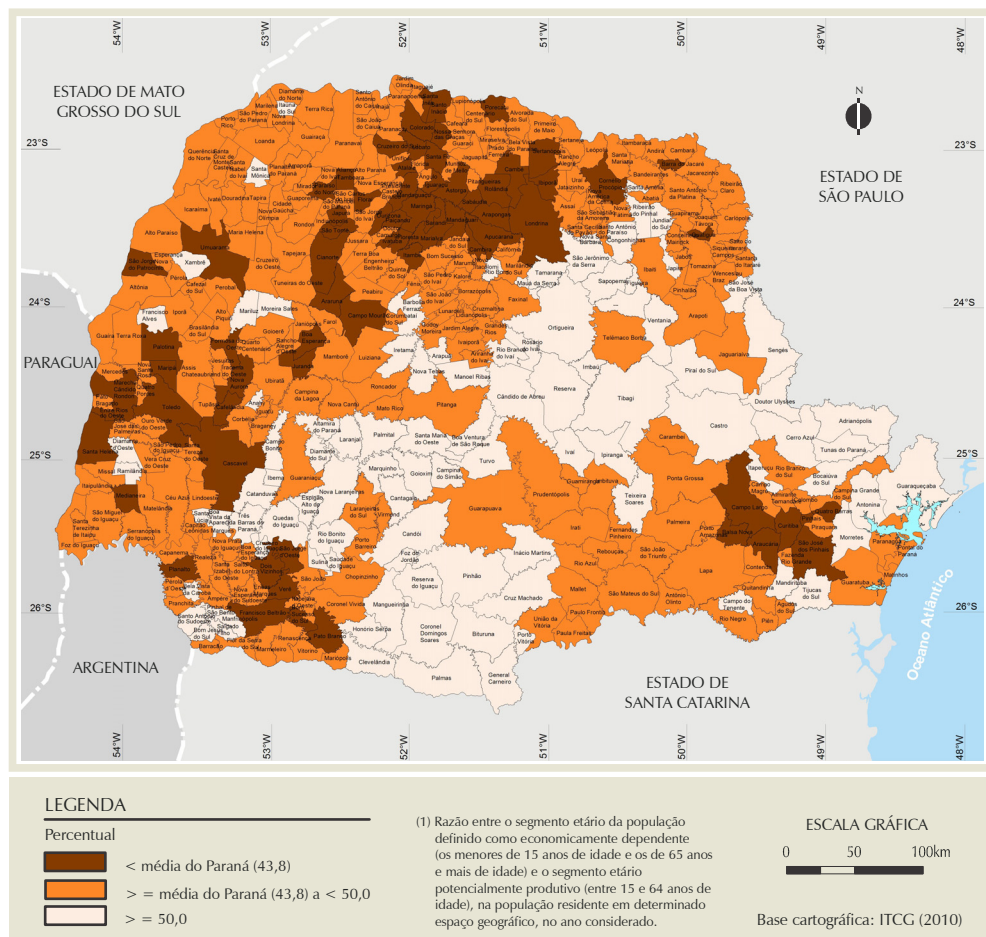
MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ⁽¹⁾	
	2000	2010
RM de Curitiba	48,6	41,0
RM de Londrina	48,7	42,4
RM de Maringá	46,8	39,0
Região Não Metropolitana	55,4	46,1
PARANÁ	52,4	43,8

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) Razão de dependência indica o número de pessoas definidas como economicamente dependentes (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) para cada cem pessoas em idades potencialmente produtivas (entre 15 e 64 anos de idade), observado na população.

A julgar pelas tendências atuais, nos próximos 20 ou 30 anos o Estado ainda estará usufruindo de relações etárias de sua população que denotam menores cargas de dependência. Essa é uma perspectiva de suma importância para o conjunto da sociedade estadual, que necessita ser incorporada urgentemente nas agendas do planejamento e gestão, tanto dos setores públicos quanto das esferas privadas e de organizações não governamentais, se se pretende estimular o desenvolvimento da economia do Estado e, ao mesmo tempo, intervir para a redução das desigualdades sociais e regionais existentes.

MAPA 6 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA¹ SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

É importante salientar que os desafios gerados pelas transformações demográficas em curso são bem mais amplos do que os relacionados neste artigo.

Em paralelo ao intenso fluxo de migrantes no território paranaense, crescem em volume e importância os deslocamentos pendulares, constituídos pelos *movimentos das populações entre o local de residência e o local de trabalho e/ou estudo, quando estas localidades, do ponto de vista político-administrativo, são distintas. De forma simplificada, está implícita em seu conceito a ocorrência de deslocamentos de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: um deslocamento de ida para o local de trabalho e/ou estudo e outro de retorno ao local de residência* (DESCHAMPS et al., 2008, p.3). Na maioria das vezes tais deslocamentos ocorrem diária ou semanalmente, com maior frequência envolvendo municípios, ou conjuntos deles, de maior porte e em aglomerações urbanas. Os impactos que esse fenômeno gera tanto nos locais de

destino quanto nos de origem não podem ser desprezados. Nas áreas receptoras desse tipo de movimento intensificam-se as pressões sobre a infraestrutura de transportes, de serviços, lazer, alimentação, segurança. Isto sem mencionar os efeitos malévolos da aglomeração (aumento dos congestionamentos, ampliação dos tempos de deslocamento, poluição ambiental e sonora, estresses, entre outros). Do ponto de vista dos locais de origem, tende a haver um retraimento das atividades comerciais e de serviços e uma conseqüente queda na circulação da renda local.

A questão do recente aumento dos níveis de gravidez das adolescentes interfere nas hipóteses das projeções demográficas, mas, acima de tudo, requer atenção especial de pais, educadores, gestores públicos.

De modo similar, a grave realidade de elevação alarmante do número de óbitos de jovens, em especial do sexo masculino, em situações decorrentes de acidentes de trânsito, assaltos, brigas de gangues, ou outras causas violentas, já é um condicionante que vem sendo considerado nas metodologias de projeção. Contudo, essa mazela social vem crescendo há mais de década, sem que se perceba efetivamente uma reação severa do conjunto da sociedade para interromper essa tendência.

Os ganhos permanentes, ao longo do tempo, de expectativa de vida para os grupos populacionais que atingem a terceira idade, representando um crescimento dos níveis de longevidade, para além de constituírem um fator a ser considerado por demógrafos vêm gerando situações de idosos ainda em ótimas condições de saúde, com grande potencial produtivo, demandando trabalho, lazer, alimentação, infraestrutura, adequados às suas idades.

Adicionalmente, crescentes proporções de idosos em um contexto de redução do tamanho das famílias, cujos membros historicamente abrigavam e cuidavam dos mais velhos, constituem um imenso desafio que passa a requerer do conjunto da sociedade e de todo o planejamento público um amplo reordenamento de normas, condutas, prioridades, infraestruturas e políticas sociais setoriais e de amparo, que possam gradualmente contribuir para um processo de envelhecimento mais digno da população do Estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008.

ALVES, José Eustáquio D. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. **APARTE – Inclusão Social em Debate**: Opiniões, 06 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/usuarios/colunista.php?apelido=JEUSTAQUIO>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Diversidades brasileiras: um olhar demográfico**. São Paulo: ABEP : FNUAP, 1996. (Cartaz).

- BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. (Sessão Temática: Migração).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. **IDB 2009 Brasil**: indicadores e dados básicos para a saúde, 2009. Disponível em: <www.ripsa.org.br>.
- CANO, Wilson. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luiz B. (Org.). **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995. p.399-415.
- CARVALHO, José Alberto M. de *et al.* **A recente queda da fecundidade no Brasil**: evidências e interpretação. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia, 12).
- CARVALHO, José Alberto M. de. **Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1974. (Monografia, 8).
- CINTRA, Anael P. de U. *et al.* Primeiras impressões sobre o Censo 2010 no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.118, p.113-138, jan./jun. 2010.
- COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- CUNHA, José Marcos P. da; BAENINGER, Rosana. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, Salvador: Fator, v.18, n.43, p.87-101, jan./abr. 2005.
- DELGADO, Paulo Roberto; BESEN, Gracia Maria V. **Índice Iparades de Desempenho Municipal**: evolução do componente renda e emprego. Curitiba: IPARDES, dez. 2009. (Nota técnica).
- DESCHAMPS, Marley Vanice *et al.* **Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná - 2000**. Curitiba: IPARDES, 2008. (Primeira Versão, n.8).
- DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993.
- DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile: CELADE, n.49, p.49-69, abr. 1990.
- FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: ANPOCS, 1989.
- INDICADORES sociodemográficos prospectivos para o Brasil 1991-2030. São Paulo: Arbeit; Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

- IPARDES. **As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná.** Curitiba, 1983.
- IPARDES. **Dinâmica demográfica da Região Sul:** anos 70 e 80. Curitiba, 1997.
- IPARDES. **Oeste paranaense:** o 3.º espaço relevante: relatório de pesquisa. Curitiba, 2008.
- IPARDES. **Os vários Paranas:** identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006.
- IPARDES. **Paraná - Projeções de população por sexo e idade 1991-2020.** Curitiba: IPARDES; Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IPEA. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil:** impactos do crescimento econômico pós-crise. Brasília, 2010. (Comunicado do IPEA, 41).
- KIELING, Rejane Inês. **Janela de oportunidade demográfica:** um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A macroeconomia brasileira e paranaense nos anos 2000.** Curitiba: IPARDES, out. 2010. (Nota técnica, 7).
- MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes:** as migrações que também migram. 2003. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- MAGALHÃES, Marisa V.; CINTRA, Anael P. de U. **Dinâmica demográfica do Paraná:** tendências recentes, perspectivas e desafios. Curitiba: IPARDES, nov. 2010. (Nota técnica, 14).
- MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. **Ciência Hoje**, São Paulo: SBPC v.9, n.51, p.28-35, mar. 1989.
- MELLONI, Eugênio. Demografia da produção. **Mundo Corporativo**, São Paulo: Deloitte Touche Tohmatsu, n.28, p.16-21, abr./jun. 2010.
- PACHECO, Carlos A.; PATARRA, Neide L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES : FNUAP, 1998. p.445-462.
- PATARRA, Neide L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** Campinas: FNUAP, 1996a. v.1. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil
- PATARRA, Neide L. (Coord.). **Migrações internacionais:** herança XX, agenda XXI. Campinas: FNUAP, 1996b. v.2. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil.
- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003.** Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 1.º set. 2003.

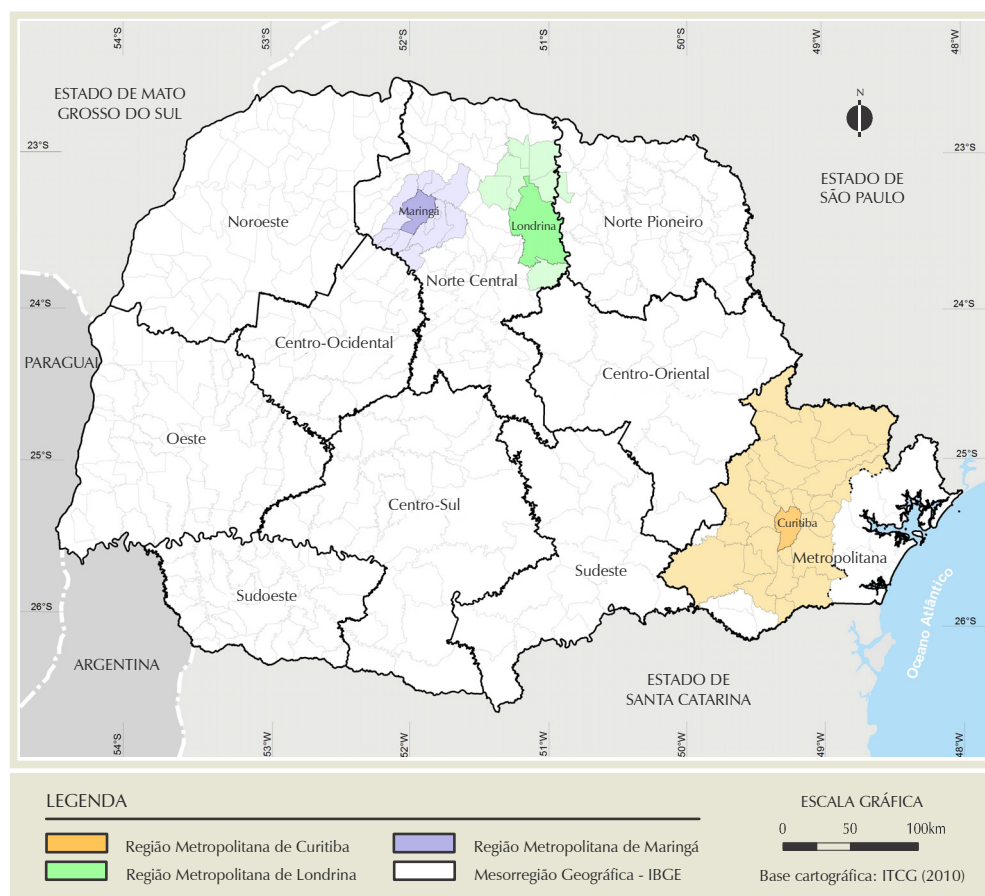
REIS, Rossana R; SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

RIBEIRO, José T. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. 1997. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, Belo Horizonte, 1997.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. et al. **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas**. Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD, 2009. 200p. (Demografia em Debate, v.3).

MAPA ANEXO

MAPA A.1 - DELIMITAÇÃO DOS CONTORNOS DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, DE LONDRINA E DE MARINGÁ - PARANÁ - 2010



FONTES: IBGE; Legislações Estaduais